

Incentivos econômicos às RPPNs: o bom exemplo de Varre-Sai

Categories : [Colunistas Convidados](#)

As Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs) são fundamentais para a proteção da biodiversidade, dos ambientes naturais, das águas, da regulação do clima, além de serem alternativa de desenvolvimento regional quando associadas a atividades sustentáveis ou negócios voltados ao turismo, educação, lazer e pesquisas. Se pensarmos na Mata Atlântica, que possui apenas 8,5% de sua cobertura original, esse papel se destaca, já que cerca de 80% do que sobrou do bioma encontra-se hoje em mãos de particulares.

Apesar de existirem no Brasil desde a década de 1990, foi apenas nos últimos anos que as reservas particulares começaram a se popularizar, o que se deve, principalmente, ao interesse voluntário de proprietários engajados com a conservação. Atualmente, existem no país mais de 1.200 [RPPNs](#) que protegem cerca de 700 mil hectares. Na Mata Atlântica elas são mais de 900 e protegem cerca de 200 mil hectares, de acordo com a base de dados do Programa de Incentivo às RPPNs da Mata Atlântica, coordenado pelas ONGs [Conservação Internacional](#) e [Fundação SOS Mata Atlântica](#).

Apesar da importância dessas reservas, são poucos os benefícios oferecidos aos proprietários de terra que tomam a decisão de criar uma RPPN. Daí a importância de se valorizar as iniciativas que buscam oferecer incentivos econômicos à conservação de terras privadas, como é o caso do município de Varre-Sai, no noroeste do Estado do Rio de Janeiro, que aprovou legislação que determina o repasse de 60% do valor recebido do ICMS Verde aos proprietários de RPPNs.

Em Varre-Sai, o movimento de conservação em áreas particulares teve seu primeiro impulso em 2009, quando o Programa de Incentivo às RPPNs da Mata Atlântica aprovou em seu 7º edital um projeto de criação que resultou na constituição de seis RPPNs.

Em 2010, outro projeto de criação foi aprovado no 9º edital do programa. No mesmo ano, com apoio da Associação dos Proprietários de RPPN do Rio de Janeiro (APN), Varre-Sai aprovou a Lei 570/2010, que permitiu o reconhecimento de RPPNs em nível municipal, e a Lei 572/2010, que determinou o repasse de 60% do ICMS Verde aos proprietários de reservas particulares.

A multiplicação de RPPNs